



LEI N.º 1.995, DE 03 DE OUTUBRO DE 2001

Dispõe sobre a coleta, transporte, seleção, tratamento e destino final de resíduos sólidos do município de São Lourenço da Mata e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º – O Poder Executivo Municipal, por seus órgãos competentes, incube a normatização, o gerenciamento compartilhado ou não e a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, gerados pelas atividades, doméstica, industrial, agrícola, comercial, hospitalar, de serviços e de varrição executadas no território do município.

§1.º – Excetua-se do disposto neste artigo, os casos em que a norma superior determine a execução dos serviços aos responsáveis pela geração dos resíduos sólidos, hipótese em que ficarão sujeitos a fiscalização do órgão competente da municipalidade.

§2.º – A coleta e o transporte dos resíduos sólidos e de inteira responsabilidade do Poder executivo Municipal poderão ser executadas, a critério deste por empresas privadas e capacitadas, constituídas para essa finalidade específica, observado o procedimento licitatório.

§3.º – O transporte dos resíduos sólidos, é toda forma organizada de classificação e aproveitamento de lixo urbano industrial, residencial, hospitalar e laboratorial, desenvolvida conjuntamente, pela sociedade civil organizada, papeleiros, catadores e entidades civis, sob a fiscalização do poder público municipal.

§4.º – A coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos, é toda forma organizada de classificação e aproveitamento de lixo urbano industrial, residencial, hospitalar e laboratorial, desenvolvida conjuntamente, pela sociedade civil organizada, papeleiros, catadores e entidades civis, sob a fiscalização do Poder Público Municipal.



§5.º - São atividades ecológicas, de relevância social e de interesse público, a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos.

§6.º - O Poder Executivo Municipal tem a faculdade de regulamentar os incentivos, estímulos às entidades da sociedade civil, organismos municipais e pessoas, que estejam engajadas nas práticas pertinentes à coleta seletiva.

Art. 2.º - Não será admitida a deposição, no território municipal:

I – de resíduos sólidos gerados e coletados fora dele, salvo se, mediante convênio ou consórcio de ações compartilhadas e que fiquem assegurados.

a) a não exposição de malefícios ou inconvenientes ao ecossistema, à saúde pública e ao bem estar da população;

b) o gerenciamento operacional e financeiro do tratamento e disposição dos resíduos sólidos, ficará a cargo e Poder Executivo municipal, inclusive com o estabelecimento de medidas compensatórias para o município.

II – De materiais inservíveis ou rejeitos radioativos ou contaminados com radionuclídeos, de qualquer procedência, ainda que provisoriamente, salvo quando se tratar de disposição final em local sob a responsabilidade de órgão estadual ou federal.

a) O Poder executivo Municipal proibirá a deposição de outros tipos de resíduos perigosos, sem que seja demonstrada com a devida antecedência, a existência de condições materiais e técnicas que evitem, com a necessária segurança, os malefícios ou inconvenientes previstos nas alíneas “a” e “b” do **inciso I** deste artigo.

b) Na hipótese da concessão da permissão prevista neste artigo, o este conveniente, além de outras obrigações, será responsável pela coleta e transporte dos resíduos, do local de origem ao de destinação final, sujeitando-se a atividade de transporte em território municipal às normas e ao poder de polícia do Município.

Parágrafo Único – Sem prejuízo de outras medidas, o Poder Municipal poderá:

I – fixar e determinar procedimentos, prazos e ações a serem cumpridos por terceiros envolvidos ou interessados na situação mencionada neste artigo;



II - assumir o gerenciamento do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos depositos em aterros sanitários ou vazadouros a céu aberto localizados no município que não atendam aos requisitos legais de:

- a) licença operacional e ambiental da companhia Pernambucana do Meio-Ambiente ou Secretaria da agricultura, Meio-Ambiente e recursos Hídricos.
- b) funcionamento de acordo com outras normas legais que regem a matéria.
- c) licença municipal de localização e funcionamento.

Art. 5.º - O Poder Executivo Municipal dará prioridade às estratégias de minimização da geração de resíduos sólidos urbanos, podendo utilizar-se de peças publicitárias, cm enfoque para a coleta segregativa, implantação de projetos de triagem dos recicláveis e reaproveitamento dos constituintes orgânicos e minerais, podendo:

- a) conceder incentivos fiscais e outros à implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos;
- b) promover a criação e o desenvolvimento de associação ou cooperativa de catadores e classificadores de resíduos sólidos;
- c) propor a instituição do ICMS socioambiental, envolvendo a gestão dos resíduos sólidos;
- d) incentivar programas de habitação popular para os moradores do “lixão”, se for o caso;
- e) instituir o Conselho Municipal do Meio-Ambiente e garantir a participação partitária da comunidade no processo de gestão integrada dos resíduos sólidos.

Art. 6.º - A coleta seletiva de resíduos sólidos poderá ser realizada em parceria com indústrias de recicláveis.

Art. 7.º - Nos currículos do ensino da rede municipal, será incluído programa de educação ambiental, com enfoque para as questões dos resíduos sólidos.

Art. 8.º - É proibido a residência de famílias nos lixões, aterro controlado ou aterro sanitário, bem como de crianças e adolescentes, devendo ser cadastrados e ser viabilizado a



implementação de programas sociais, com vistas a retirar as crianças e adolescentes desses locais.

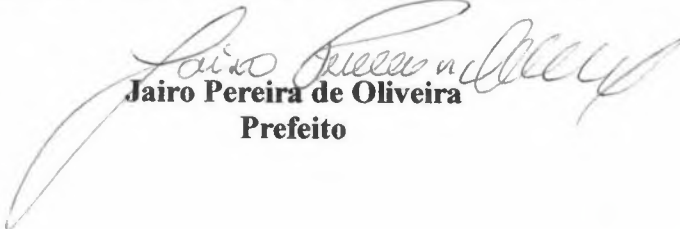
Art.9.º - Ao Poder Executivo Municipal cabe a coordenação e fiscalização das atividades desenvolvidas pelos catadores e classificadores, garantindo-se-lhes equipamento de proteção individual,, tais como: botas, fardas, luvas, máscaras e óculos protetores.

Art. 10 – É vedada a atividade de seleção de resíduos sólidos, pelos catadores, por ocasião do descarregamento por qualquer meio.

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 03 de outubro de 2001.


Jairo Pereira de Oliveira
Prefeito

Recebi em
03.10.01
